

O anúncio de um novo pacto comercial entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, na última segunda-feira (19), foi rebatido com duras críticas e ameaças por membros do comitê responsável por gastos públicos e regras tarifárias na Câmara dos Deputados norte-americana.



Na avaliação de parlamentares democratas à frente da Comissão de Assuntos Tributários ("Ways and Means Committee"), os três tópicos do novo protocolo, firmado 15 dias antes das eleições presidenciais nos EUA, seriam um "tapa na cara dos legisladores", "zombam e driblam" o Congresso americano, e "mancham a reputação dos EUA" pelo mundo.

Descrita nos EUA como a mais antiga e importante do poder Legislativo, a comissão é controlada desde o ano passado por opositores de Donald Trump. Nos bastidores, eles têm dito que foram pegos de surpresa pelo anúncio e articulam uma retaliação, segundo a BBC

News Brasil apurou.

O governo brasileiro, por sua vez, diz que o protocolo de comércio e cooperação econômica é "suprapartidário", fruto de diálogo com todos os envolvidos e traz benefícios "mútuos e recíprocos".

Segundo o Itamaraty, o governo Bolsonaro espera "que o pacote forme a base de um amplo acordo comercial a ser futuramente negociado entre as duas maiores economias do continente americano".

O caminho, promete a oposição, não deve ser fácil.

Tensão

A aproximação política e comercial entre Brasil e EUA é alvo de tensão em Washington desde a posse de Jair Bolsonaro — mas a temperatura chegou a seu auge em junho deste ano, quando 24 deputados americanos assinaram uma carta inédita indicando que vetariam "qualquer acordo comercial ou a ampliação de parcerias comerciais com o Brasil do presidente Bolsonaro".



CRÉDITO: ALAN SANTOS/REUTERS/DA REPRODUÇÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO BRASIL A WASHINGTON, EM 2017. O TÍTULO É "Drible".

"Com este acordo comercial, o governo Trump driblou o Congresso para recompensar um governo brasileiro que não respeita os direitos humanos básicos, o meio ambiente e seus próprios trabalhadores", disse o presidente da Comissão de Assuntos Tributários, Richard E. Neal.

"Dar munição ao presidente Bolsonaro para sugerir que os Estados Unidos endossam seu comportamento mancha a reputação de nossa nação como um país que exige que nossos parceiros comerciais respeitem os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito", continuou o parlamentar democrata.

Membro da comissão há mais de 10 anos, Neal é deputado federal pelo Estado de Massachussets, onde fica a maior comunidade de brasileiros nos EUA.

Escrito por Indicado en la materia

Viernes, 23 de Octubre de 2020 11:09 - Actualizado Domingo, 25 de Octubre de 2020 20:49



CRÉDITO: ALAN SANTOS/SPD. O Brasil não é um país desenvolvido e não pode ser tratado como tal. O acordo é um 'Pseudoditador'.

As críticas foram reforçadas por Earl Blumenauer, chefe do subcomitê de comércio da Câmara dos Deputados dos EUA, ligado à comissão liderada por Neal.

Ele foi mais longe que o colega de partido e classificou Bolsonaro como um "pseudoditador".

"O péssimo histórico do presidente Jair Bolsonaro em direitos humanos, meio ambiente e corrupção é o motivo pelo qual os democratas no Comitê há muito se opõem a um acordo comercial ou a uma parceria econômica ampliada com o Brasil", disse Blumenauer, também em nota.

"As ações do USTR não são apenas um tapa na cara dos legisladores que delinearão essas preocupações, mas também um mau negócio para os EUA. Ao mesmo tempo em que obtemos medidas mínimas e inexecutáveis de facilitação do comércio com um pseudoditador, Bolsonaro ganha legitimidade e capacidade para promover um relacionamento mais próximo com a nação mais poderosa do mundo", continuou.

"Isso barateia nossos relacionamentos e diminui nossa posição moral no mundo", prosseguiu o parlamentar.

Hoje, segundo seu site oficial, a Comissão de Assuntos Tributários da Câmara americana é formada por 24 parlamentares democratas e 17 republicanos.

Fundada em 1802, ela é responsável por definir gastos federais em políticas públicas e pela redação de regras sobre tarifas e acordos comerciais nos EUA.

Historicamente, o grupo reúne políticos importantes do país — 8 de seus ex-membros viraram presidentes dos EUA, 21 foram presidentes da Câmara dos Deputados e 4 se tornaram juízes da Suprema Corte americana.

Da aprovação de seus integrantes dependem todos os possíveis acordos comerciais assinados pelos EUA, incluindo os chamados "fast tracks", ou tratados que não passam por emendas no Congresso.

Acordos suprapartidários

Na última terça-feira, em conversa com a imprensa brasileira em Washington, o embaixador brasileiro nos EUA minimizou rumores sobre uma possível resposta democrata aos acordos — que incluem "cláusulas de denúncia" que, em tese, permitiriam sua revogação.

Questionado pela BBC News Brasil, Nestor Forster disse que uma eventual revogação "parece improvável".

"Não me parece provável porque o apoio ao acordo é suprapartidário e houve um trabalho permanente do pessoal do setor privado, que nos apoiou muito. Por exemplo, a Câmara de Comércio, eles mantêm conversas regulares e rotineiras com as bancadas dos dois partidos, inclusive com o pessoal da comissão de orçamento da Câmara, cujos membros democratas mandaram aquela carta ao representante comercial se opondo a um acordo abrangente", afirmou o embaixador.



O que diz o pacote

Assinado pelo Itamaraty, pelo Ministério da Economia e o Escritório do Representante de Comércio dos EUA, o Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência prevê, fundamentalmente, a abolição de barreiras não-tarifárias no comércio bilateral.

Apesar de na prática não reduzirem taxas impostas nas importações e exportações de produtos, as medidas poderiam reduzir as despesas atuais dos exportadores em até 20%, segundo porta-vozes do empresariado brasileiro.

As principais mudanças se baseiam em três eixos principais.

O primeiro prevê a simplificação ou extinção de procedimentos burocráticos, conhecida no jargão empresarial como facilitação de comércio.

Em seguida, o ato inclui a adoção de "boas práticas regulatórias", que proíbem, por exemplo, que agências reguladoras de cada país mudem regras sobre produtos sem que exportadores do outro país possam se manifestar previamente.

Por fim, os acordos detalham a adoção de medidas anticorrupção entre os dois lados.

"Juntos, esses instrumentos demonstram o comprometimento dos dois países com os elementos fundamentais necessários para práticas comerciais justas: a publicação de informações, dando às partes interessadas uma oportunidade de fornecer contribuições sobre as regras, o estabelecimento de processos eficientes e transparentes na fronteira e a vigilância contra a corrupção", informou o Itamaraty, em nota.

BBC BRASIL